

MOBILIZA

Nº05

Jornal do Sindicato Intermunicipal dos Servidores Públicos Federais dos Municípios do Rio de Janeiro - SINDISEP/RJ

RESISTÊNCIA E LUTA EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO, DOS SERVIDORES E DE TODOS OS TRABALHADORES

O Brasil caminha a passos largos para 150 mil mortes na pandemia da Covid-19, mais de 18 mil só no Rio de Janeiro. Enquanto isso, o governo Bolsonaro segue negando a crise sanitária, demonstrando total incapacidade de dar resposta efetiva aos problemas nacionais.

Ao mesmo tempo, o desemprego explode, mas os lucros dos bancos se mantém apesar da crise. O banco Itaú, por exemplo, teve lucro líquido de R\$ 3,424 bilhões no segundo trimestre de 2020, e o Bradesco, R\$ 3,506 bilhões no mesmo período.

Nesse contexto, o auxílio emergencial garante o sustento de quase metade dos mais de 211 milhões de brasileiros, pois destes, 107 milhões moravam em residências nas quais ao menos uma pessoa recebia o auxílio de R\$ 600,00.

Cabe aqui recordar que essa ajuda foi conquistada a partir da pressão de sindicatos de trabalhadores, organizações populares e partidos de oposição, pois o governo havia sinalizado com apenas três parcelas de R\$ 200,00 de auxílio.

Em um determinado momento, as três parcelas do auxílio emergencial inicial se



tornaram cinco, sendo agregados novos quatro pagamentos de R\$ 300,00 cada, o que deu impulso à popularidade do governo, que agora procura uma fonte de custeio para criar um programa social para chamar de seu.

Como sempre, escolheram economizar no mais básico e tirar tais recursos dos serviços públicos, tão necessários à classe trabalhadora. Com efeito, resolveram fazer toda a popula-

ção pagar a conta, ao invés de tributar grandes fortunas, lucros e dividendos acionários.

Nesse cenário de crise e próximo às eleições municipais, Bolsonaro e Paulo "BTG/Pactual" Guedes apresentaram uma proposta de reforma administrativa que dá poderes extraordinários quase ditatoriais ao presidente da

República para criar, extinguir e fundir carreiras, órgãos e instituições públicas.

Além disso, tal proposta acaba com os concursos públicos, substituindo o atual modelo pela contratação de temporários por "processo seletivo", cargos comissionados e terceirização.

Nós, servidores públicos federais de carreira, somos chamados de "privilegiados" e "vagabundos" justamente por aqueles que de fato possuem privilégios...

Mas o que nos resta? Ora, companheiras e companheiros, resta a urgente resistência! A defesa da saúde e educação públicas! A defesa dos direitos das servidoras e servidores que fazem a máquina pública funcionar, a despeito da insanidade de certos governantes. E justamente por conta disso, querem aniquilar a estabilidade do servidor e fazer valer intimidações e o abuso, como regra nas relações de trabalho.

Mas nós, mais uma vez, dizemos NÃO a esse projeto de sociedade, e ocuparemos as ruas em defesa do serviço público, dos servidores e de todos os trabalhadores!

FILIE-SE AO SINDISEP-RJ. SINDICATO É PRA LUTAR!

SERVIDORES DO ARQUIVO NACIONAL EM ALERTA DIANTE DO TRABALHO REMOTO

A Associação dos Servidores do Arquivo Nacional (ASSAN), em seu Boletim Eletrônico, colocou uma importante discussão sobre o trabalho remoto na administração pública incentivado pelo governo federal por conta da pandemia do novo coronavírus, através da instrução normativa nº 65 do Ministério da Economia.

O texto chama a atenção para aspectos da ampliação do teletrabalho no Arquivo. Essa discussão, que está sendo acompanhada pelo SINDISEP/RJ, está permeando todos os órgãos da administração pública e tem tido diferentes formas de aplicação.

A atual diretoria da ASSAN vem debatendo em suas reuniões e assembleias virtuais como a direção do Arquivo Nacional (AN) pretende ampliar esse tipo de trabalho e denuncia alguns problemas a serem enfrentados para que

não haja prejuízos para os servidores diante de um governo que não tem nenhum apreço pelos servidores e só pensa em cortar gastos com os serviços públicos.

O AN trabalha desde o começo da pandemia com um número reduzido de funcionários. Os coordenadores das áreas têm se reunido para traçar protocolos e procedimentos com vistas à volta ao trabalho presencial, às definições sobre as atividades realizadas pelo trabalho remoto e qual a forma de sua implementação.

A associação alerta para as consequências e possíveis prejuízos com as adequações do teletrabalho. No primeiro momento, a opção de trabalhar em casa entusiasma qualquer trabalhador. Mas, se esse trabalho não estiver de acordo com as questões de saúde do servidor, as melhores condições de trabalho e a justa remuneração



das horas trabalhadas, esse "novo normal" criado pelo coronavírus poderá se tornar mais uma medida do governo para reduzir gastos e precarizar, ainda mais, os serviços públicos.

Por isso, o custeio da despesa com internet, a compra de mobiliário adequado e as horas de trabalho são questões que fazem parte das reivindicações dos servidores. Vale lembrar que essas definições terão um grande impacto na avaliação de desempenho, que

define o salário dos servidores, assim como, a demissão por baixa produtividade.

Até o dia 12 de outubro estará valendo a Portaria do Ministério da Justiça que mantém a maioria dos servidores do AN sem o trabalho presencial.

A ASSAN e o SINDISEP/RJ acompanham, de maneira efetiva, essa discussão e cobram dos gestores transparência nas decisões a serem tomadas e o respeito aos direitos dos trabalhadores.

O IDOSO E A COVID-19

Não é novidade que a resposta à pandemia da Covid-19 dada pelo atual governo ultraliberal com digital genocida, em geral, se baseia no negacionismo científico e no total desrespeito às leis vigentes. Um exemplo é o flagrante descumprimento do Estatuto do Idoso, que estabeleceu que o Poder Público, o Estado, deve assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação de direito à vida e à saúde, mediante políticas públicas.

Além de desrespeitar a Constituição e Estatuto do Idoso, o governo promove o desmonte de diversas políticas públicas, muitas das quais são essenciais para a preservação da dignidade dos idosos. No Rio, a administração pública não foge a essa lógica: a falta de ações é visível por todos os lados. Aos poucos, vem aumentando o número de idosos que perderam vínculo familiar, vivendo nas ruas por não ter onde morar. Os

abrigos estão, em sua maioria, em estado de penúria, como é o caso do Abrigo Cristo Redentor, de Higienópolis. Lá, os funcionários terceirizados, responsáveis pelos cuidados básicos dos albergados, chegam a acumular dois meses sem pagamento.

Nenhuma campanha voltada a informar essa população foi implementada. Ao contrário, somos obrigados a ouvir frases como "não sou coqueiro!" ou "as famílias que cuidem de seus idosos". Segundo o *Estadão*, Bolsonaro disse publicamente que "cada família tem que botar seu avô e sua avó lá no canto, e é isso aí". Tal comportamento não se restringe ao chefe do executivo federal. O jornal *Estado de Minas* publicou matéria onde informa

que uma chefia técnica do Ministério da Economia teria dito, em reunião fechada, que "morte de idosos por Covid-19 melhora as contas da Previdência".

Estamos com a marca vergonhosa de 4,5 milhões de contaminados e mais de 140 mil mortos. No Rio de Janeiro, três em quatro mortos são idosos, conforme a Fiocruz. Esta política cruel de queima de forças produtivas aposentadas é reflexo das perdas de direitos dos últimos anos, sobretudo as "reformas" trabalhista e da previdência, a sistemática redução real do salário mínimo e as mais recentes ameaças de congelamento do benefício dos aposentados e pensionistas.

Além de hedionda, essa política é também econômica-

mente estúpida, haja vista as consequências para a maioria dos municípios brasileiros, que afundam na crise econômica por não contarem mais com os recursos oriundos da renda dos aposentados e nem com o consumo das famílias mais pobres.

Em muitos casos, são justamente os trabalhadores aposentados, considerados pelo governo como um problema para a economia, que vêm mostrando sua importância durante a pandemia, sustentando com dificuldades suas famílias, enquanto o governo foge de sua responsabilidade.

Segundo dados do IPEA, em 20% dos domicílios brasileiros a renda das aposentadorias corresponde a 50% ou mais do orçamento doméstico, e em 18% das casas as aposentadorias são a única fonte de renda. Mas, para os negacionistas, a conclusão possível é: "E daí!?".

EXPEDIENTE

SINDISEP/RJ - Sindicato Intermunicipal dos Servidores Públicos Federais dos Municípios do Rio de Janeiro.

ENDEREÇO: Rua Visconde de Inhaúma, 58, sala 1108, Centro. CEP: 20.091-007. **CONTATOS:** www.sindisep-rj.org.br | (21) 2544-1043 | sindisep.rj@gmail.com

CONSELHO EDITORIAL: Victor Madeira, Raul Bittencourt (Licenciado), Eduardo Lima, Edna Rosa, Wellington Cruz, Alexander Noronha e Antônio Carlos Castilho.

PROJETO GRÁFICO: Henderson Laurentino | **DIAGRAMAÇÃO:** Heron Barroso (DRT/RJ 35.599) | **ASSESSORIA:** Vanieverton Anselmo